



# Liberdade e PROPRIEDADE

Em uma sociedade em que o mal é entendido como absoluto e por menor que seja deve ser evitado a qualquer custo, nada mais compreensível que se esconder em uma propriedade, a mais segura possível; segura até contra si mesmo

A tradição liberal afirma que a vida e a propriedade são direitos inquestionáveis. É com base nesse pensamento – na realidade, muito mais no último – que está organizada a sociedade e o Estado. Porém, essa premissa é gritantemente falsa para a existência da sociedade. Em poucas palavras: sem vida não há sociedade nem ser humano. Sem propriedade, nenhum dos dois deixa de existir, senão grande parte da possibilidade de exploração. Contudo, não se deve encerrar aí o assunto. É preciso antes responder a algumas perguntas: de onde surgiu a propriedade? O que pode ter sido a origem da apropriação?

É possível roubar aquilo que não é de alguém, tomando exclusivamente para si o usufruto de algo, criando, portanto, a propriedade privada. Já o que é de todos, quando alguém toma para si está usufruindo de um direito, desde que com isso não tente impedir o usufruto daquilo pelos demais, ou melhor, privando os demais do usufruto. Ou seja, tomar algo de alguém e permitir o uso coletivo é desfazer o roubo

que fora a apropriação por alguém daquilo que era possível que todos aproveitassem. A tentativa de privar alguém do usufruto de algo é que se traduz em um ato criminoso. Em outras palavras, já bem sintetizado por Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), mas às vezes rejeitado de antemão por não se dar conta desse argumento agora exposto, “A propriedade é um roubo!”<sup>1</sup>

Mas se todos poderiam aproveitar tudo, por que alguém decidiria roubar algo? Parece uma ação preventiva, a fim de impedir que o outro faça o mesmo. Entretanto, por que se proteger do outro se este também tem direito ao usufruto de tudo? Creio que se possa a partir de Friedrich Nietzsche (1844-1900) e da abordagem que faz sobre bem e mal pensar a alteridade nessa dicotomia.

## EXPECTATIVA DE UM BEM TOTAL

A noção de bem (*gut*) e mal (*böse*), tal como Nietzsche a entende e aborda em seus trabalhos, carrega uma relação de exclu-



DIEGO RAMOS MILELI É GRADUANDO EM FILOSOFIA PELA UFRJ E MESTRANDO NA UNIVERSITÄT HAMBURG, NA ALEMANHA. POETA E CONTISTA, AUTOR DOS LIVROS, ENTRE OUTROS, *VIDA E POESIA* E *LIVRO DE UM DESCONHECIDO*, RESPECTIVAMENTE DE POESIAS E CONTOS. [DIEGO.MILELI@GMAIL.COM](mailto:DIEGO.MILELI@GMAIL.COM)

<sup>1</sup> PROUDHON, 1998, pág. 21



## COMO PROCEDER QUANDO SE PODE OBTER UMA VANTAGEM PESSOAL QUE SE DESEJA, PORÉM O MEIO DO QUAL SE DISPÕE PARA ISSO, SE TODOS O FIZESSEM, ENTENDE-SE QUE PIORARIA A SOCIEDADE?

são entre os dois termos, em que “bem” seria o ideal ascético onde toda negatividade seria negada, e “mal”, justamente a negatividade, a negação. Essa é a moralidade, afirma, que tem guiado a humanidade.

A partir do entendimento de que esta moralidade de fato subjaz ao desenvolvimento das sociedades humanas, parece haver nesses fundamentos morais uma explicação para o desejo da propriedade privada, seja de um indivíduo ou de um grupo. Esta funcionaria como forma de se proteger do outro. O “bem” é trazido para si. Crê-se que aquilo que caracteriza o “bem” está em seus próprios hábitos, costumes, compreensões e visão de mundo. Em contrapartida, tudo que não está sob controle de si, não se tem certeza do “bem” e julga-se previamente como “mal”. “Mal” que deve ser afastado, distanciado, proscrito, banido.

Mas o que é esse mal? É o mal necessário? Tudo que é o outro pode não agir conforme as regras previstas, constituindo uma ameaça. O temor do outro, o temor por si, ergue muralhas, cria mundos falseados onde todo o cotidiano correrá quase que inteiramente dentro do planejado, salvo desagradáveis imprevistos, os quais podem ser, no entanto, contornados. Mas o que é temor? O que é essa ameaça? Pelo que se teme?

Quando se pensa em julgamentos morais, comumente vêm-



*Segundo Proudhon, a propriedade privada e, conseqüentemente, o acúmulo de capital são as principais causas da manutenção da desigualdade social*

-nos aos pensamentos questões como assassinato, roubo, traição, solidariedade, compaixão, altruísmo etc. São comportamentos que podem ser julgados como adequados ou inadequados. Contudo, em outras instâncias também há que se avaliar a adequação ou inadequação de algo. Nas escolhas mais triviais também residiria um julgamento moral. Quando, por exemplo, se acorda e se decide primeiro tomar banho em vez de tomar café, seria um julgamento daquilo que é melhor. O que causaria os conflitos, as indecisões, seria a multiplicidade de entendimentos do que seria bom/melhor. Nesse momento há de se avaliar qual entendimento é melhor, rejeitando, portanto, outro bem. Na hipótese de as conseqüências da

decisão não se expandirem para além do âmbito privado, a importância desse processo decisório e dos fundamentos dele parece pequena. Entretanto, esse julgamento de adequado/inadequado, em que o primeiro refere-se ao que se dirige ao bem e o segundo ao mal, interfere no comportamento de quem julga, afetando o convívio em sociedade, e também no comportamento do outro, na medida em que se tende a impor ao outro a sua concepção de bem e mal, já que aquilo que é mau se teme e não se quer perto, devendo, portanto, ser excluído.

Nas situações em que as decisões perpassam o âmbito particular e interferem na sociedade, estes entendimentos começam a se tornar mais complexos. Em casos concretos, pode-se refletir sobre possibilidade de corrupção para evitar punição, sabotar um colega de trabalho para obter uma promoção, ludibriar um grupo/coletivo/movimento/sociedade para obter algo a contragosto deste. O que é capaz de garantir que o outro agirá da mesma forma quando tiver de decidir ou agir nestas mesmas condições? Como proceder quando se pode obter uma vantagem pessoal que se deseja, porém o meio do qual se dispõe para isso, se todos o fizessem, entende-se que pioraria a sociedade? Então se decide por negar o desejo em

prol de um bem que se entende como melhor. Estes são exemplos de “instintos” em contradição dentro do homem.

Estas contradições estariam justamente em crer em um ideal universal de bem que pode ser alcançado e em que todo mal será excluído. Trata-se da projeção como meta de uma positividade pura, uma negação de toda a negatividade. Uma busca por uma condição em que não haverá mais sofrimento, dor ou conflito. Para Nietzsche, no entanto, esta seria uma moralidade escrava e propõe uma moralidade inclusiva.

O filósofo defende uma relação de inclusão entre aquilo que se toma por adequado e aquilo que se toma por inadequado. Portanto, não se trata de uma rejeição total, mas apenas de um afastamento naquele momento por se crer melhor naquela circunstância, ou mesmo em todas. Substituí o “bem e mal” (*gut und böse*) por “bom e ruim” (*gut und schlecht*). Não há como evitar a negação, como quer o conceito de bem. A possibilidade sempre exige o negativo. Não há escolha sem negação. Negar a negação é aumentar a negatividade de ao infinito.

A essa moralidade proposta, chama de “moralidade nobre”, por meio da qual não é necessário eliminar a negatividade. Há uma noção de todo. No exemplo anterior do despertar e decidir sobre banho ou café, não há mal, não há certo ou errado sequer. Há uma disputa, uma luta entre possibilidades, apenas. Nietzsche escreve que “o ‘desenvolvimento’ de uma coisa,



De acordo com o filósofo alemão Friedrich Nietzsche, o bem e o mal são fundamentos excludentes de formação da moral

de um costume, de um órgão, não é uma progressão para um fim, e menos uma progressão lógica e direta realizada com o mínimo de forças e despesas; é antes uma sucessão constante de fenômenos mais ou menos independentes e violentos, de coisas subjugadas por outras coisas, sem esquecer as resistências e as metamorfoses que entram em jogo para a defesa e para a reação e também os resultados das ações contrárias do bom êxito”<sup>2</sup>

Assim, impedir a luta é impedir o desenvolvimento. Não há como cessar a luta em definitivo, porque há uma inclusão no todo que permite a escolha com a negatividade que ele necessariamente implica. A relação de inclusão entre bom e ruim é uma tensão, uma luta constante, inevitável e sadia.

Esse antagonismo é o pilar de uma moralidade que afasta, proscreve e exclui; que foge, que teme, que se esconde. Essa moral determina ainda o que se deve fazer

<sup>2</sup> NIETZSCHE, 2013, pág. 75



COMO A ANGÚSTIA TORNA POSSÍVEL O TEMOR, FOGE-SE DELA. BUSCA-SE O ESTAR FAMILIARIZADO, PODER PROTEGER-SE EM UMA ESPÉCIE DE MUNDO PRÓPRIO, SOB CONTROLE. É, POIS, FUGA



*Deve-se agir de acordo com os próprios desejos, ainda que isso prejudique outrem, ou deve-se reprimi-los, em certas condições, visando a um bem maior?*

para impedir o mal. O mal é negado, proibido, difamado, execrado, condenado. O mal não pode estar próximo. Consequentemente, não pode estar em mim, visto que não posso me separar de mim mesmo. Tem de estar, então, no outro. Outro do qual se tem que se proteger, ter cautela, vigiar.

## O TEMOR DIANTE DO OUTRO

Surgem, então, as perguntas sobre o que são esses sentimentos que afloram naquilo que tange ao mal. O que esse mal nos provoca? De onde vem e o que são esses temores, ameaças e angústias? Como esses sentimentos se relacionam com o mal e impelem à separação e ao afastamento? Para pensar a esse respeito pode-se recorrer a Martin Heidegger (1889-1976) em *Ser e tempo*.

O tema pode ser analisado segundo três perspectivas, a saber: o que se teme, o temer e pelo que se teme. Nessa perspectiva, na questão do cercamento e afastamento do outro, o que se teme é o outro, o qual seria uma espécie de mal consubstanciado, cujo agir desimpedido poderia causar algum dano ao que teme. Ou seja, esse que teme, teme pela sua vida, propriedade ou qualquer outra coisa que o agente possa danificar, seja o que teme ou o que

## A propriedade é um roubo

A concepção da propriedade como um roubo foi defendida por Proudhon e é uma forma de pensar o seu significado social. A propriedade surge da apropriação daquilo a que todos tinham acesso e direito de usufruir. Ela priva todos os demais, que não são proprietários, de algo que passa a constituir um privilégio do detentor, que é aquele que roubou da comunidade o tal bem. O conto *Breve história da humanidade* constrói de forma bem-humorada uma cena que representa essa ideia do que é a propriedade. “Em certo momento dos tempos, um bando de humanos que convivia

em conjunto passeia por uma floresta. Um de seus integrantes tem à mão um cesto de maçãs. Neste instante, o nº 2 do grupo lhe pede uma, como de costume. Porém, desta vez, o nº 1, que carrega o cesto, reflete: por que eu, se sou do grupo o que corre mais rápido, deveria fornecer-lhe uma maçã se posso tê-las todas para mim? Ante este pensamento, nega o pedido e declara que, a partir daquele momento, todas as maçãs são dele e ninguém mais, senão ele, poderá usufruir delas. Assim, do egoísmo e de se crer melhor que os outros, surge a propriedade.” (MILELI, 2012, pág. 41)

lhe é tido como caro. Para isso, afasta-se do outro, protege-se e cerca-se em um espaço privado, restrito, no qual o outro não pode entrar, ao qual o outro é privado de conhecer. Todavia, ainda assim, é um roubo ao privar o coletivo do direito sobre aquele espaço.

Disso que se teme, no caso, o outro, que personifica o ruim que há como contraposto ao que opto e que identifico como mal, se tem alguma noção, uma concepção prévia, apesar de se desconhecer de fato. O temor, por sua vez, cresce à medida que se entende aproximar aquilo que se teme e na mesma proporção que não se pode controlá-lo. Neste mesmo sentido, teme-se a liberdade do outro.

Imaginar o outro como não submetido às mesmas regras é tê-lo sem controle. E pelo conhecimento prévio ou imaginação das possibilidades de ação de um indivíduo, talvez pelo contato com seus próprios instintos e desejos, os quais controla incessantemente, inventa o outro e o teme. “O próprio ente que teme, a pre-sença, é aquilo pelo que o temor teme. Apenas o ente em que, sendo, está em jogo seu próprio ser, pode temer. O temer abre esse ente no conjunto de seus perigos, no abandono a si mesmo. [...] Se tememos pela casa ou pela propriedade, isso não contradiz em nada a determinação anterior daquilo pelo que se teme”.<sup>3</sup>

Prefere-se, assim, proteger-se, afastar-se. Tem-se o outro como uma representação do pior que se tem em si mesmo ou que se pode imaginar que alguém poderia fazer. Teme não por constatar risco ou qualquer coisa. Teme talvez justamente por não constatar, mas por sentir estar próximo, cercado, à espreita em qualquer parte tal como parte de si, ou melhor, como a própria sombra. Constitui-se o temível sob influência do temor e a partir daquilo que se crê

ser o que teme. É temendo que se faz o temor e se compõe o temível.

Teme-se, todavia, aquilo que é ameaçador, ou seja, que tem o caráter de ameaça. A ameaça não possui o caráter de determinado dano, mas é um dano; um dano possível e iminente, que ronda aquele que teme. A ameaça é aquilo que desencadeia o temor. Heidegger entende que “aquilo de que se retira não pode ser apreendido como ‘temível’, porque sempre vem ao encontro como ente intramundano. A única ameaça que pode tornar-se temível e que se descobre no temor provém sempre de algo intramundano”.<sup>4</sup>

Então, a ameaça provém daquilo que é intramundano, mas mais adiante afirma que é a angústia que torna possível o temor. A ameaça desencadeia, mas a angústia torna possível. A simples ameaça não seria capaz de fazer o temor sem a angústia.

*A angústia, segundo Martin Heidegger, é a experiência cognitiva que melhor pode reconduzir o homem ao encontro de sua totalidade como “ser”*

<sup>4</sup> HEIDEGGER, 2005, pág. 249



<sup>3</sup> HEIDEGGER, 2005, pág. 196

## DE ACORDO

com Martin Heidegger, aquilo de que se retira deve possuir o caráter de ameaça; o que, porém, ameaça é um ente que tem o modo de ser de um ente que se retira, ou seja, é a própria presença

A angústia não é, no entanto, de modo algum um ente intramundano, é um ameaçador que não se encontra em lugar algum. A angústia se angustia com o mundo como tal; com o próprio ser no mundo. É com nada intramundano porque é com o mundo inteiro, então, pouco importa o intramundano. A partir daí, Heidegger entende a angústia como uma disposição privilegiada. Escreve que “a possibilidade de se chegar ao ser da presença, interpretando-se numa repetição e num acompanhamento a compreensão dada na disposição, cresce ainda mais quanto mais originário for o fenômeno que funciona metodologicamente como disposição de abertura”.<sup>5</sup>

O angustiar-se, como dito anteriormente, é com o mundo, não com algo intramundano. Então, o angustiar-se abre, de maneira direta e originária, o mundo com o mundo, por isso, pela fuga daquilo que se teme, ou melhor, da ameaça cujo referente intramundano é irrelevante, porquanto se trata de um angustiar-se com o mundo como tal e

<sup>5</sup> *Idem*, pág. 248



Estar fora de casa, estar no mundo, representa uma ameaça que é o mundo como tal e destaca a angústia que essencialmente constitui o “ser no mundo” heideggeriano

com o próprio ser no mundo; por isso há a possibilidade de se acessar o ser da presença pela compreensão da disposição que é a angústia.

Como a angústia torna possível o temor, foge-se dela, apesar de ser possibilidade de acessar o ser. Busca-se o estar familiarizado, tranquilizado. Busca-se uma casa, um abrigo, poder refugiar-se, proteger-se do mundo em uma espécie de mundo próprio, sob controle. É, pois, fuga.

Dessa forma, retornamos ao objeto original. Sentindo-se ameaça, quando esta se torna indefinida e passa a habitar toda parte, transforma-se no próprio mundo e no estar no mundo, configurando angústia, que propicia o temor. Esse temor leva à fuga, à tentativa de isolamento do mundo, do sofrimento da angústia, da dor, do mal, do outro, que é também o mundo lá fora; fora de casa, do refúgio. Então, apropria-se, segrega-se, separa-se, amura-se.

## FUGA DE SI MESMO

Esse temor faz que se criem diversos instrumentos para combater o mal. Como vimos, o mal está fora de nós, ou, nas palavras que Nietzsche utiliza na *Genealogia da moral*, “o homem do ressentimento concebe o inimigo – e justamente aqui está a sua criação; ele concebe o ‘mau inimigo’, o ‘mau’, e isto como uma compreensão fundamental como antítese do ‘bom’ de si mesmo”.<sup>6</sup>

Sempre no outro, onde pode ser personificado e combatido, seja o outro indivíduo ou grupo. A cerca, o muro, a casa, etc., são, ao que parece, as formas encontradas para se manter esse mal fora. A exclusão do criminoso, o judiciário, a polícia, as armas, etc., são ferramentas para exclusão por se pensar no mal e não se ter uma noção de todo, de inclusão da negatividade, onde nada é de

<sup>6</sup> NIETZSCHE, 2013, pág. 44

todo ruim ou bom, mas melhor ou pior, ou “menos melhor”, talvez. Essas ferramentas buscavam forçar uma constância e cessar em definitivo a luta.

O caráter sociológico pode ser mais bem apreendido se retomamos o autor em um trecho anterior da mesma obra, quando ele diz que “descobri que, em toda a parte, a ideia de ‘distinção’, de ‘nobreza’, no sentido de ordem social, é a ideia-mãe donde nasce e se desenvolve necessariamente a ideia do ‘bom’ no sentido de ‘distinto quanto à alma’. E este desenvolvimento é sempre paralelo à transformação das noções ‘vulgar’, ‘plebeu’, ‘baixo’, finalmente, da noção de ‘mau’”.<sup>7</sup>

Nota-se como se pode aliar a noção de bem e mal, sua relação com a ordem social, às instituições e instrumentos criados para afastamento do outro e manutenção do próprio afastamento, principalmente retornando a outra passagem na qual ele afirma que “o *pathos* da distinção e da distância, o sentimento geral, fundamental e constante de uma raça superior e dominadora, em oposição a uma raça inferior e baixa, determinou a origem da antítese entre ‘bom’ e ‘mau’”.<sup>8</sup>

Saltam as olhos as noções de bem e mal como fundamento de exclusão, e a observação das situações, condições e formas de exclusão em nossa sociedade confirma essa afirmativa.

Dentro desta lógica verificamos o surgimento e espraiamento das instituições prisionais como também forma dessa casa, desse refúgio, mas um alargamento



*A propriedade privada vem do temor que busca segurança à custa da liberdade. Uma sociedade baseada na propriedade privada é uma sociedade baseada no temor*

deste pela diminuição do espaço, do agir, da presença, do cerco do outro. Todavia, isso é temor, é angústia. Não está no outro, mas no mundo como mundo e, portanto, não se segrega. É esforço vão para garantir uma segurança impossível contra a dor e o sofrimento, gerando apenas mais dor e sofrimento. Aquele que combate o mal pela dor, pelo sofrimento, fortalece-o por fortalecer o algoz, aquele que vasculha toda a parte em busca do mal e até mesmo o pensamento daquilo que se entende por mal, ainda que negada a manifestação, torna-se motivo de sofrimento. Então, as noções de bem e mal e a fuga que projetam são afastamentos do acesso ao ser e combate contra o combate, contra a luta, que “é constante, inevitável e sadia”.

Bem e mal alegam buscar preservar a vida quando, na verdade, o que fazem é eliminá-la, negando a liberdade e mesmo a morte, na medida em que se almeja fugir de toda dor, de todo sofrimento, de todo fim. Negam a negação, sendo

que esta é que permite a liberdade e é inerente a qualquer passo, qualquer movimento; a qualquer vida.

Seria a propriedade também uma fuga? Parece que então ela retira do outro o direito por temer que o outro o faça e assim se antecipa, impedindo-o, precavendo-se e afastando-o, fugindo do contato com ele. É fruto do temor do mal, essa concepção contrária ao desenvolvimento da própria vida com as nuances e flutuações que necessariamente tem. Propriedade é cercamento, afastamento do ser, fuga da angústia que é estar no mundo, mas ao mesmo tempo essa angústia é o caminho originário e direto de acesso ao ser, para desvelar-se e ser o que se é.

lfilo

#### REFERÊNCIAS

- HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- MILELI, Diego. **Livro de um desconhecido**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2012.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- PROUDHON, Pierre Joseph. **A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

<sup>7</sup> *Idem*, pág. 34

<sup>8</sup> *Idem*, pág. 33